

Se essa rua fosse minha, eu mandava feminizar

If this street was mine, I would feminize it

Katiuci Pavei¹

RESUMO: Essa experiência docente foi realizada junto às alunas e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e buscou problematizar a falta de representatividade de mulheres nas denominações de logradouros públicos de Porto Alegre/RS. Por meio de textos, leis, dados, desenhos, fotografias, mapas e do caminhar pela cidade, propomos um pensar sobre a participação da mulher na sociedade e como a presença feminina acaba sendo esquecida, sub-representada e silenciada. Concluiu-se que, em sua maioria, essas mulheres eram brancas com posses e que receberam a homenagem por doar terras para construção das vias, recebendo o tratamento de “Dona” ou santas da religião católica. E que as mulheres atuais e reais personalidades a serem lembradas e valorizadas por construírem a história local ou geral, são as mulheres plurais.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade Feminina; Espaço Urbano; EJA

ABSTRACT: This teaching experience was carried out with the students of Youth and Adult Education at the Colégio de Aplicação at the Federal University of Rio Grande do Sul and sought to problematize the lack of representation of women in the names of public places in Porto Alegre/RS. Through texts, laws, data, drawings, photographs, maps and walking around the city, we propose thinking about women's participation in society and how the female presence ends up being forgotten, underrepresented and silenced. It was concluded that, for the most part, these women were white with possessions and that they received the honor for donating land for the construction of roads, receiving the treatment of “Dona” or saints of the Catholic religion. And that current women and real personalities to be remembered and valued for building local or general history are plural women.

KEYWORDS: Female Representativeness; Urban Space; EJA

INTRODUÇÃO

Observar a cidade com “olhos de turista” é uma forma de circular por espaços próximos e familiares com a atenção que se tem quando se está em um local novo e desconhecido. Quando viajamos, a tendência é querer conhecer o máximo possível e se surpreender com o diferente. Porém, na nossa própria cidade, transitamos por ruas onde moramos, levamos ao local de estudos, guiamos até nosso trabalho e que, muitas vezes, pela correria do cotidiano, acabamos não nos dando

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Colégio de Aplicação, Professora de Sociologia, <http://orcid.org/0000-0001-5729-8133>, E-mail: katiuci.pavei@ufrgs.br

conta que esses espaços são nomeados e demarcados por relações sociais e de poder. Foi em um desses passeios na minha cidade que, ao visitar uma praça, chamou-me a atenção o seu nome: Isabel, a Católica. Fui procurar na *internet* para saber quem tinha sido essa personalidade que estava sendo homenageada. Deparei-me com o histórico de uma rainha espanhola do século XV, cuja vida não teve nenhum vínculo com a cidade de Porto Alegre/RS. A partir de então, comecei a procurar outras mulheres cujos nomes foram escolhidos para denominar logradouros e equipamentos públicos.

Encontrei uma reportagem de 2019 que destacava o baixo percentual de personalidades femininas que davam nomes às praças da capital, aproximadamente apenas uma praça com nome de mulher para cada nove praças com nome de homens. Mesmo havendo uma Lei Municipal Complementar de 02 de maio de 1994 que determina que “a denominação dos logradouros e equipamentos públicos (ruas, praças, etc.) deverá observar percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo, quando recair sobre nome de pessoas”. Tal norma em seu cerne já aponta para uma sub-representação das mulheres, pois a proporção não corresponde ao peso relativo dessa parte da população porto-alegrense, que no último censo demográfico de 2010 (IBGE, 2022) já registrava a presença de 50,62% (755.564). Dados mais recentes apontam para projeções de 783.582, isto é, 54,23% de mulheres na capital gaúcha, conforme o Departamento de Economia e Estatística (DEE, 2022), que divulga anualmente as estimativas populacionais compatíveis com as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale destacar que os dados preliminares Censo 2021 (IBGE, 2022) até o presente momento apontam apenas para a população estimada total de 1.492.530 pessoas, sem o fator de agrupamento por sexo.

Essa constatação me fez organizar uma proposta pedagógica para que as e os estudantes também refletissem sobre como é a representatividade feminina no nosso espaço urbano.

A Educação de Jovens e Adultos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul almeja a ampliação e a diversificação de pessoas comprometidas com as demandas e necessidades de mulheres a serem representadas e que isso seja feito de forma digna. Nesse sentido, introduzir essa temática no currículo é essencial e urgente. Acompanho a reflexão de Jurjo Torres Santomé (1995), ao provocar o seguinte pensar:

Quando se analisam de maneira atenta, os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. Entre essas culturas ausentes, podemos destacar (...) o mundo feminino. (SANTOMÉ, 1995, p.161).

Conforme o mesmo autor, “Embora esse último grupo, o das mulheres, tem obtido já importantes reconhecimentos, tem ainda um longo caminho até conseguir a verdadeira supressão das discriminações que tem sua origem na dimensão de gênero”. (SANTOMÉ, 1995, p.171).

DESENVOLVIMENTO

Essa experiência docente foi realizada junto às alunas e aos alunos das turmas de Ensino Fundamental (etapas anos finais) e de Ensino Médio da modalidade Educação de Jovens e Adultos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante o ano de 2022.

A primeira atividade consistia em fazer um esforço para lembrar quais eram os caminhos que cada estudante geralmente percorria no seu dia a dia indo para o colégio, trabalho e retornando para a casa; registrando no caderno o nome das ruas, avenidas, becos, travessas, praças, parques e outros espaços públicos, que vão configurando esses trajetos. Isso foi pelos/as estudantes, como pode ser visto nos exemplos a seguir de duas alunas:

Listei algumas das ruas em volta de casa e nenhuma tem nome de mulher: Av. São Paulo, Av. São Pedro, Rua Moura Azevedo, Av. Presidente Franklin Roswell, av.:Farrapos, Av. Cristóvão Colombo. Aliás no bairro todo não tem praça ou rua com nome de mulher. (Aluna L.B.C)

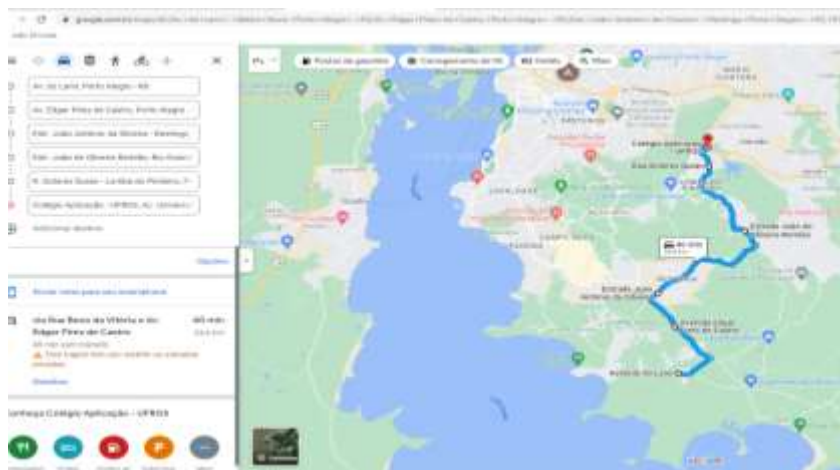
Figura 1 – Meu trajeto diário no caderno, 2022



Fonte: Aluna G.P.B.(2022)

Caso quisessem poderiam acessar o aplicativo do *Google Maps* (<https://www.google.com.br/maps>), sendo que um mini tutorial foi criado sobre como traçar as direções e as navegações, com pontos de partida e destino das rotas utilizadas.

Figura 2 – Mapa do trajeto diário pelo Google Maps (2022)



Fonte: Aluno A.G.F.(2022)

Lancei o convite que registrassem, na medida do possível, por meio de fotografias as placas das ruas e demais espaços, uma vez que nos últimos anos a prefeitura colocou mais de dez mil placas em todas as regiões da cidade, com as características de nome oficial, nome como a rua é conhecida popularmente e um breve histórico sobre a origem do nome da rua.

Figuras 3, 4, 5 – Placas de ruas com nome de mulheres em Porto Alegre (2022)



Fonte: Aluna Y.M. (2022)

Em um segundo momento, os dados que foram coletados pelas turmas passaram por uma análise mais direcionada a partir das seguintes inquietações:

a) *Analisar os logradouros públicos que você listou nos seus caminhos diários e destacar quais deles têm nome de mulheres.*

Dicas: logradouro é uma terminologia das categorias estrada, avenida, rua, praça, acesso, largo, rótula, esplanada, travessa e parque, conforme a Lei Complementar n.320, 02/5/1994 de Porto Alegre.

Nesse exercício não vale destacar substantivos comuns no feminino (ex. Redenção) nem sem gênero determinado. Vale apenas os nomes de mulheres (substantivos próprios femininos).

b) *Comparar nas suas trajetórias a quantidade de logradouros com nomes de mulheres e nomes de homens. Qual tipo tem mais?*

c) *E pensando na cidade inteira, tente lembrar vários lugares. A maioria tem nome de mulheres ou de homens? Destaque os possíveis motivos que justifiquem essa discrepância.*

Interessante perceber, em uma primeira análise, como a maioria dos/as estudantes se deu conta de que não sabiam ou não prestavam atenção nos nomes dos locais por onde circulavam. Em sala de aula, durante os encontros nas diversas turmas, quando provocados/as a pensar se eram nomes femininos ou não, até mesmo um ar de revolta era apresentado, por exemplo, nas falas: “nós somos invisíveis”; “os homens têm direitos mais reconhecidos do que as mulheres”; “a gente caminha quilômetros até encontrar uma rua com nome de mulher”; “têm nomes de homens em quase todos os lugares da cidade, embora as mulheres são a maioria, o machismo é que domina a maioria das vezes escondendo o potencial feminino é de suma importância que haja mais mulheres na política para melhor representá-las”. Concluíram que o preconceito de gênero contra as mulheres que opera no país é tão estrutural e é de tão longa data que parece que o espaço da rua continua sendo nos moldes do século XIX, em que o lugar público era apenas destinado para os homens e que somente eles mereciam ser homenageados, deixando de lado toda a luta, o trabalho, a importância das mulheres, como se elas não fizessem parte da sociedade. e da cidade. Partimos para um debate cuja reflexão introdutória foi:

*Você considera que alguém que tem seu nome em uma rua ou uma praça recebeu algum destaque social? De qual tipo? Por quê?
Quem tem o poder de denominar esses espaços?*

Unânime foi a resposta de que é uma honra e destaque de reconhecimento social ter o nome denominado em algum logradouro público, fruto da atuação da pessoa no cenário local, regional ou nacional. As turmas justificaram a importância desse tipo de homenagem para a manutenção da lembrança dessas histórias de vida e de trajetórias de ação, para o direito à memória.

Já quanto à competência para a denominação de um logradouro ou a troca de um nome é das e dos vereadores municipais, enquanto representantes da população no legislativo, ou ainda, por iniciativa do poder executivo, na figura do prefeito ou da prefeita. Nesse sentido, a importância das ruas terem nomes oficiais foi debatida como um meio de acessar direitos, conforme explicação da Câmara Municipal de Porto Alegre:

A inexistência de endereços com CEP ainda deixa os moradores sem possibilidade de comprovar residência, seja para confecção de documentos, matrículas em escolas ou inscrição em programas assistenciais. Também não são tarefas fáceis para quem mora em uma rua que não tem nome: chamar o socorro para uma pessoa que está necessitando atendimento de urgência, manter um empreendimento sem o endereço preciso fazer cadastro numa loja, receber correspondências, pedir uma tele-entrega ou até mesmo acolher os amigos para uma festa. Da mesma forma, sem comprovante de endereço, o morador não pode ter conta corrente em banco e o acesso ao crédito ao consumidor é dificultado. (CAMARAPOA, 2020).

Em Porto Alegre a Lei Complementar número 320, de 02/05/1994 determina que os logradouros e equipamentos públicos podem receber a denominação de datas e fatos históricos ou geográficos, pessoas públicas ou ainda outros reconhecidas pela população de uma comunidade enquanto homenagem póstuma, observando o percentual mínimo de 30% e o máximo de 70% para ambos o sexo.

Nesse sentido, foi explicado que é possível solicitar uma alteração ou nomeação de uma rua, sendo que, para tanto, é necessário pesquisar se há uma Lei de Denominação específica que nomeia o logradouro. Tal pesquisa pode ser feita via acesso à Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município² que atende ao público externo, auxiliando na realização de pesquisas à legislação municipal e fornecendo certidões autenticadas eletronicamente contendo o texto das leis de denominação de logradouro. Caso não haja uma lei específica que tenha denominado a rua em questão, o trâmite é solicitar uma certidão de troca de denominação de logradouro.³ Tal documento informa as alterações de denominação de um logradouro nos casos em que a troca não ocorre por lei de denominação. Em seguida solicitar um Projeto de Lei junto à Câmara de Vereadores Municipal. Sendo que, as dúvidas podem ser dirimidas via Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.⁴

Destaco uma ação social organizada por uma reparação histórica apresentada por uma aluna, que relatou que onde ela mora e nas ruas ao seu entorno todas têm apenas letras. Por isso está havendo um movimento da comunidade junto à Câmara de Vereadores para nomear esses logradouros com nomes de pessoas representantes e importantes para a comunidade, principalmente as mulheres da localidade.

Fizemos uma grande discussão sobre representatividade, enquanto a expressão dos interesses de um grupo social na figura do representante, conforme o Dicionário de Ciência Política de Norberto Bobbio (1998). Ademais, refletimos sobre a importância da compreensão histórica do papel das mulheres na vida social, uma vez que a memória social no nosso país tende ao esquecimento dessas trajetórias de vidas e o discurso social é marcado pelo silenciamento de mulheres. Há, portanto, a necessidade de reparar o *déficit* de representatividade de mulheres seja no campo político, através de uma diversidade na composição dos cargos representativos nas câmaras de vereadores e assembleias legislativa, bem como nos poderes Executivo e Judiciário, e, ainda, nos diversos espaços sociais, como mídia, mundo do trabalho, instituições de ensino.

² Procuradoria-Geral do Município – PGM. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/biblioteca-da-procuradoria-geral-do-municipio>

³ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/carta-de-servicos/certidao-de-troca-de-denominacao-e-logradouro>

⁴ Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Contato: telefone 51 3289-8653 ou pelo e-mail smamus.sd@portoalegre.rs.gov.br.

Lembrando que o ato de representatividade caminha junto com o lugar de fala, uma vez que,

A partir do momento que as camadas marginalizadas da sociedade se sintam representadas em espaços sociais, coletivos e políticos, é uma possibilidade a mais de serem ouvidas. Ou seja, de exercerem o seu lugar de falar. (...) é importante que os movimentos sociais tenham suas lutas reconhecidas e legitimadas. Afinal, abrir espaço para que as pessoas exerçam seu direito de fala e sejam escutadas pode ajudar a sociedade a se tornar igualitária no futuro. (PONCHIROLI, 2020).

Nesse sentido, há no exercício de ampliação de espaços de representatividade a marca e consagração de lugares de fala de mulheres. Como nos dizeres da filósofa feminista Djamila Ribeiro

É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. (RIBEIRO, 2017, p. 36-37).

A fim de que a atividade pudesse ganhar uma materialidade que atingisse todos/as os/as estudantes do colégio para essa reflexão foi produzida uma intervenção na escola intitulada: “Há muito tempo que ando nas ruas de um Porto não muito feminino”. Este título faz uma troca de palavras com uma canção muito conhecida por aqui, “Horizontes”, composta por Flávio Bicca e marca da peça de teatro Bailei na Curva. Ao lado foi colocado o mapa político (oficial) do local e fixadas as perguntas provocativas.

Foi impresso pela colega professora de Geografia⁵ um mapa geográfico do município a partir do próprio aplicativo *Google Maps*. Para garantir uma boa visibilidade esse mapa foi composto por 35 folhas A4, que foram distribuídas entre os/as estudantes para que eles destacassem com canetinha os logradouros públicos que tinham nomes femininos, sendo montado como um grande quebra-cabeça e fixado no saguão do colégio.

⁵ Professora Dra. Maíra Suertegaray Rossato.

Figuras 6 e 7 – Analisando as ruas de Porto Alegre (2022)



Fonte: Autora (2022)

Na sequência consultamos um documento da Câmara de Vereadores do município datado de 2007, no qual procuramos a biografia de algumas mulheres destacadas no mapa. Apesar de ser antigo, com 15 anos, continua sendo o único material de levantamento de personalidades femininas e foi possível saber quem eram essas mulheres que haviam sido homenageadas com logradouros públicos. Concluiu-se que, em sua maioria, essas mulheres eram brancas com posses e que receberam a homenagem por doar terras para construção das vias, recebendo o tratamento de “Dona” ou santas da religião católica. Por outro lado, também encontramos, mesmo que em número muito pequeno, mulheres com trajetórias de vida marcadas por empoderamento feminino como Luciana de Abreu (pioneira na luta pela emancipação da mulher no Rio Grande do Sul), Rita Lobato Velho Lopes (primeira médica a se formar no Brasil), Dandara (líder feminina no Quilombo de Palmares) e Anita Garibaldi (revolucionária que lutou pela República no Brasil).

Em comemoração ao Dia da Mulher, que entendemos como sendo Dia Internacional da Luta das Mulheres por Igualdade de Gênero, convidei Laura Sito, uma das autoras do livro: “*Se as cidades fossem pensadas por mulheres*” (2021), para que conversasse com o nosso público estudantil, destacando as ações políticas e sociais necessárias e urgentes nas quais as mulheres de diversas áreas do conhecimento e de atuação estão mobilizadas, e que alguns ganhos já estavam sendo percebidos, dentre os quais uma bancada de Câmara de vereadores negras e com mulheres no município de Porto Alegre. Conforme o livro:

Considerando que as cidades se constituem como um espaço masculino, branco e heteronormativo, no qual diferentes grupos sociais a vivenciam de formas distintas e com oportunidades desiguais, o presente livro visa demonstrar o olhar plural das mulheres que compõem a cidade: mulheres trans, mulheres negras, mulheres gestoras públicas, mulheres educadoras, mulheres periféricas (SITO, QUADROS, 2021).

Figuras 8 e 9 – Conversa com a autora Laura Sito (2022)



Fonte: Autora (2022)

Como encerramento da proposta pedagógica, questionei às e aos estudantes qual mulher elas e eles gostariam de homenagear e que, se fosse possível, transformar em nome de rua da nossa cidade. Para tanto, era necessário a indicação do nome da homenageada e a apresentação de uma breve biografia. Como inspiração de formato de texto trabalhamos com a coleção de livros “*Histórias para ninar garotas rebeldes*” de Elena Favilli e Francesca Cavallo (2017). As turmas se engajaram na atividade e destacaram mulheres próximas como mães, avós, esposas e filhas, como exemplos de mulheres que tiveram ou têm vidas marcadas por lutas, força e afeto. Também foram lembradas personalidades públicas brasileiras e abrazeiradas como Elza Soares (cantora negra e compositora feminista), Carolina Maria de Jesus (escritora da voz da Periferia) Dilma Ferreira (ambientalista e defensora dos direitos humanos), Dorothy Stang (ativista do direito ambiental na Amazônia), Marielle Franco (política defensora dos direitos humanos), Marília Mendonça (cantora e compositora), Djamilla Ribeiro (filósofa negra e escritora feminismo negro), Conceição Evaristo (escritora negra), Dilma Rousseff (primeira mulher presidenta do Brasil), Maria da Penha (ativista contra a violência às mulheres), além de personalidades internacionais, tais como Abisoye Ajayi-Akinfolarin (empresária de negócios de impacto social), Malala Yousafzai (ativista pelo direito à educação das mulheres), Chimamanda Ngozi Adichie (escritora feminista negra) e Oprah Winfrey (apresentadora de televisão e atriz negra). Vale a pena destacar que a maioria das mulheres escolhidas eram/são negras, assim como a maioria das e dos estudantes, marcando a questão da representatividade. Foram editadas no programa *Paint* placas com os nomes das mulheres escolhidas e uma breve descrição de suas qualidades.

Figuras 10, 11, 12 e 13 – Placas hipotéticas homenageando mulheres (2022)



Fonte: Autora (2022)

Desse modo, o problema ainda persiste na atualidade, só se reconhece uma maneira de fazer e explicar as coisas, e aquelas mulheres que quebraram tabus e hierarquias foram silenciadas e afastadas, são essas as mulheres que devem dar nomes para que outros caminhos, ruas, travessias, pontes levem as outras mulheres liberdade e reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, uma placa de rua não é só uma placa, trata-se de reconhecimento social e público da pessoa que a nomeia, a qual representa tantas outras pessoas que a veem como uma figura exemplar e digna de homenagem pública. Trata-se de representatividade, de memória viva, de lugar de fala.

A Educação de Jovens e Adultos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul está comprometida em abordar as temáticas de gênero, conforme indica Santomé:

O sistema educacional tem que contribuir para situar a mulher no mundo, o que implica, entre outras coisas, redescobrir sua história, recuperar a voz perdida. Se alguma coisa os alunos e alunas de nossas instituições desconhecem é a história da mulher, a realidade dos porquês de supressão e silenciamento. Estudar e compreender os erros históricos é um bom antídoto para impedir que fenômenos de marginalização como esses continuem sendo reproduzidos. (SANTOMÉ, 1995, p.172).

Mulheres essas atuais ou pessoas/personalidades que merecem ser lembradas e valorizadas por construírem a história local ou geral, configurando assim o espaço urbano como ele realmente é: plural.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CAMARAPOA. Câmara Municipal de Porto Alegre. **Nomear logradouros é função importante do poder público**. Porto Alegre, jan.2020. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/nomear-logradouros-e-funcao-importante-do-poder-publico>. Acesso em: 03 mai. 2020.

FAVILLI, E.; CAVALLO, F., **Histórias para ninar garotas rebeldes**. São Paulo: Planeta, 2017. -- **Histórias para ninar garotas rebeldes 1**. São Paulo: Planeta, 2017.

FONTES, R. Â. **Logradouros Públicos em Porto Alegre: presença feminina na denominação**. 2007. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/logradouros.pdf. Acesso em: 02 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Cidades. Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>. Acesso em: 08 fev. 2022.

PONCHIROLLI, R. **Lugar de fala: o que esse termo significa?** Politize, ago. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-lugar-de-fala/> Acesso em: 01 mar. 2021.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar n.320 de 02 maio 1994**. Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1994/32/320/lei-complementar-n-320-1994-dispoe-sobre-adenomina-cao-de-logradouros-publicos-revogando-a-lei-n-172-48-as-leis-complementares-n-3-73-40-78-72-82-107-84-137-86-e-225-90-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 03 mai. 2020.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

ROCHA, F. B. **Horizontes**. Canção. 1983.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. Departamento de Economia e Estatística (DEE). **Rio Grande do Sul. População. Município e sexo**. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/populacao>. Acesso em: 08 fev. 2023

SITO L.;QUADROS, M. F. de. (Org.), **E se as cidades fossem pensadas por mulheres**. Editora ZOUK, Porto Alegre, 2021.

WEBER, J. R. Falta de Representatividade. Menos de 10% das praças de Porto Alegre têm nomes de mulheres. De 426 espaços públicos desse tipo na Capital, 42 homenageiam personalidades femininas e 384 fazem referência a homens. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/08/menos-de-10-das-pracas-de-portoalegre-tem-nomes-de-mulheres-cjz7ja1ww01ke01pa6ejl17df.html>. Acesso em: 04 mai. 2020.